

PRÁXIS E NATUREZA

Alberto Lins Caldas *

RESUMO

Refunda o conceito de natureza a partir de uma práxis e não como uma existência autônoma, pré-existente, condicionadora de sociedade. Para que haja natureza é preciso que se crie uma grade sócio-histórica e só assim pode haver compreensão. É a práxis quem determina aquilo que é natureza para uma sociedade assim como as visões que essa sociedade tem sobre o que é natureza.

Palavras-chave Natureza, sociedade, historicidade.

Não existe Natureza a não ser para uma sociedade. A idéia de ordem, de estrutura significativa, é fundamental como suporte daquilo que entendemos como natureza. Sem esse **sentido** não compreendemos; sentimos apenas desordem, caos, existência inexplicável (Casini, 1987). E, ao mesmo tempo, não possuímos um "modelo eterno" daquilo que entendemos como natureza, uma natureza metafísica girando e sendo descoberta, mas somente idéias, vivências, imaginários, práxis vivas historicamente determinadas, isto é, não temos **uma natureza**, mas as naturezas de diversas culturas em seus diversos momentos e uma infinidade de concepções de natureza da própria cultura ocidental.

A práxis, ao ir se constituindo como processo vital e em cada momento constituído, criação-trabalho, projeta-se comunitariamente introjetando-se enquanto "imagem" externa reconhecível;

espaço/cartografia/paisagem como expressões de si, tornando o "reconhecimento" e a "exterioridade" como autonomias, necessariamente desligados daquilo que, social e historicamente, os constitui.

A práxis como processo de formação-do-existente constitui a exterioridade como condição inescapável do trabalho e da vida humana, criando, no informe e no precário, a ordem necessária a existência da interioridade. Cria a maneira de conceber-se e conceber a exterioridade, seja "natural" ou social. Seu "objeto" estará sempre marcado por esse inescapável olhar social; olhar que só pode contemplar o trabalho da interioridade e a interioridade do trabalho enquanto existente. Como é criador da forma e do significado, encontrará sempre ele mesmo projetado enquanto ser social, fundamento da "vida prática" e das "teorias práticas" e não

(*) Departamento de História – UFRO

de “metafísicas” que busquem um olhar divino ou inumano como base implícita para o existente.

A **presença**, sendo necessariamente histórica e social, condiciona o **existente** a ter sempre sentidos e formas compatíveis com essa historicidade fundante. A natureza não existe como um **em-si** kantiano (coisa que ninguém admite ao considerar a existência de **uma natureza**), mas através-do-social: cada universo humano terá o seu-existente, a sua natureza, a exterioridade compatível com sua atividade vital plasmada enquanto olho, mão, fala, crença, pensamento, ação e criatividade. Jamais estamos livres com o metafísico existente (somente um deus já separado do cosmo e da comunidade por uma crescente reformulação do sagrado e do profano poderia saber o existente); como seres sociais, a contrapartida da sociedade é uma exterioridade que reflete essa ordem em forma de ordem natural.

Quando o “algo” possibilita conceitos, imagens, filosofias, histórias e crenças é porque já não há esse “algo”, mas aquilo que poderá ser chamado Natureza, estrutura e significado. Como nesse processo “quem” imprime sentido é a sociedade, o que se constitui é uma projeção viva de todos os “códigos” significativos daquela sociedade. A natureza, assim, é criada, como o sentiram inversamente todas as crenças do mundo, não como resultado de “forças divinas”, “forças da matéria” ou “forças do espírito”, mas como **projeção vital da práxis**. Os criadores ou o criador, na verdade, sempre foram as sociedades e seus modos específicos de viver.

A práxis, ao mesmo tempo que cria a natureza como projeção viva de si, cria também os limites e os deslimites “teóricos” para o entendimento dessa “exterioridade”; cria as múltiplas possibilidades do significado na compreensão de si mesmo, mas não pode superar sua própria existência projetiva, que é essencialmente historicizante, existindo em horizontes além do teórico;

podendo somente limitar-se ao deslimite de si mesma, porque o deslimite, como “espaço” histórico, é tão somente uma perspectiva do limite. A práxis não pode ser um além-de-si, mas ilimitadas possibilidades significativas em si e para si mesma: a multiplicidade virtual é sempre uma determinada multiplicidade.

Por maior e mais verdadeiro que seja o universo para uma sociedade, desaparecendo esta sociedade, para quem será esse universo? Existirá assim sem a presença humana, sem o suporte de determinada práxis que o criou enquanto um amálgama comunitário entre **trabalho** e **poíesis**? Normalmente todos os universos, todas as naturezas, têm como fundamento uma existência metafísica que, mesmo não admitida como na nossa atual ocidental concepção de universo ou natureza, é quem garante certa legitimidade e objetividade ou, pelo menos, certo horizonte de mistério necessário (Bachelard, 1974). Mesmo que se chegue ao “como é realmente” o universo, desaparecendo o **suporte** desaparece também a **imagem**, o **sentido**, a **estrutura** (Durand, 1997): não há objeto sem sujeito: não há existente sem comunidade: ou melhor, um existente sem comunidade só o será para uma consciência, no caso, divina e como não estamos fazendo teologia devemos enfrentar conseqüentemente a questão da relação viva e criativa entre sujeito e objeto, entre determinada comunidade humana e o que ela chama de realidade, exterioridade ou natureza.

A “relação” entre o humano e o existente, que é antes de tudo relação entre homens, fundando aquilo que denominamos Natureza, é “escamoteado” pela Razão, não por um processo de falsificação, mas pela própria estrutura e função da racionalidade ocidental, sendo ela também jamais coisa “Humana”, que é tornar as racionalidades ocidentais e principalmente a racionalidade científico-burguesa essência universal. Essa racionalidade não coloca ali nenhuma gran-

de “espécie de contra-senso fundamental”, mas identidade onde deveria haver contradições vivas, vazios e rarefações criativas, espaços imaginários deformados e deformantes de pura eletricidade/desejos/sonhos/fome/gozo.

O limite de uma “ilusão cultural”, onde todo existente para a comunidade tem sentido e estrutura, desaparece para dar lugar ao deslimite do universal, onde essa ilusão, no caso ocidental, extrapola-se para desejar se tornar a realidade de todos e uma realidade além de si mesma, negando seus próprios fundamentos sociais e históricos. Nesse momento sua panrealidade, mega naturalização universalizante do seu modo de produção, torna-se uma metafísica profundamente frágil teoricamente (não tem um deus para suportá-la) mas interessantemente proveitosa em termos bélicos, comerciais e ideológicos.

A Razão põe no lugar do “inferno criativo básico”, relações vivas de trabalho, modelos, sistemas, estruturas de pura identidade, paisagens bucólicas ou propriedades. Põe até o “contra-senso”, não um amálgama lúdico e doloroso entre o Caos e a Criação, entre o permanente e necessário fluxo de contradições e o absoluto; relações vitais que criam-se ao criarem-se como práxis. Esse fundamento mefistofélico do humano se dá como criador e conseqüência de toda criação social. Mas o aparecer dessas relações e os modelos racionais não são infernais, magmáticos, demiúrgicos; são sistemas integrados pelo conceito, pela idéia, pela ordem; mostram-se como imagens do poder e imagens de como o poder se concebe (Foucault, 1968, 1985, 1987). Sendo a “racionalidade do senhor” (Adorno, 1985) não poderia reproduzir nem seu real fundamento nem os “fornos do demônio”, principalmente porque tanto o “trabalho” quanto a força de trabalho não são desvendados pelas perspectivas reificadoras. A práxis não acontece fora de uma **formatação** social, fora

do âmbito das relações humanas, relações de distribuição e produção, poder, status, estamentos, classes, castas (Vásques, 1977); jamais uma práxis partindo do nada para o nada; o demiúrgico do homem é sempre um modelado modelar.

Mas não podemos perder de vista que, se **no limite** há e deve haver uma poíesis dialética e historicizante, garantia mínima de sentido e significado, **no centro** a questão não é nem poética nem relativa, mas **política, ideológica** e, necessariamente, de **classe**. Se o conjunto das nossas concepções de natureza são historicizadas, elas perdem, **no limite**, a universalização naturalizada produzida **no centro** das classes que produzem ideologia (Marx, 1976; Mészáros, 1993, 1996). A universalização da natureza é um duplo da universalização pretendida pelas “classes dominantes”, ou melhor, pelas classes que detêm os poderes e as possibilidades de torná-los tendência de hegemonia através de uma práxis alienada e de teorias que expressam essas mesmas classes. E **no centro** a questão se desloca para uma luta política onde as perspectivas revolucionárias podem, no seu momento, destravarem as ideologias, as imagens e percepções, criando uma contra-ideia, mas nunca aceitando a **objetividade do outro, o universo e a natureza do outro**. Tanto uma concepção de Estado ou de Sociedade fazem parte do mesmo sistema, a mesma lógica que gera uma concepção de realidade e natureza. Não se pode aceitar ingenuamente tanto uma concepção de Estado quanto uma concepção de natureza que se enraízem metafisicamente nas estruturas ideológicas que se pretende combater. A questão da natureza não é uma questão de realidade mas de como para nós socialmente se ins-taura o **real**.

Em Marx (1975, 1977) enquanto **no centro** sua concepção de realidade e natureza são políticas e diretamente históricas, **no limite** são

racionalistas, cientificistas, tipicamente ocidentais, aceitando sem contestação a visão de mundo ideológica da ocidentalidade. A rutura marxiana se faz somente **no centro**, sem levar essa rutura consequentemente até o limite. Já a lógica geral de produção de mundo no capital, lógica essencialmente monofônica e exclusivista, produz uma mesma concepção de natureza tanto **no limite** quanto **no centro**. Enquanto **o limite** precisa ser “despolitizado” para ser, conter e expressar a **poíesis** fundante, o centro precisa ser “despoetizado” para ser **repolitizado**. A questão da natureza exige múltiplas e flexíveis lógicas de reflexão (Caldas, 1997) para se desdobrar e se tornar significativa.

Os poderes reformatam o aparecer (desde o momento da própria produção/criação, inclusive essa criação faz parte dessa formatação) e o harmonizam com um pretense conteúdo, equilibrando o dentro e o fora, a essência e a aparência, forma e conteúdo. Sem essa formatação a Razão perderia sua função principal, que não é compreender, mas **modelar**. Essa simulação (que é, na verdade, o conhecimento-da-Razão, talvez a própria Razão) rapta toda a força radical da criação, do fundamento negativo do humano enquanto ser criador porque é ele autocriador. O “resulta-

do” é sempre um mundo hiper-conceitualizado (natureza aparecendo como paisagem ou propriedade, não como criação humana), em ordem ou, no máximo, em sistemas que oscilam levemente. Jamais o inferno da criação. Atravessamos a vida sem alcançar esse princípio criativo básico porque sendo a comunidade esse centro demiúrgico, vê-la representaria estar fora-de-um-mundo-dominante-legítimo que elabora todas as suas visões a partir de homens reais sempre alienados, presos a relações de trabalho em específicas sociedades de classe, vendo principalmente objetos e, não raras vezes, a si mesmo como objeto-da-terra, objeto-dosenhora, objeto-de-deus ou simples objeto.

A Razão apresenta-se sempre como **Simulatio post mortem**, mas o morto não apresenta-se como um simples morto destorcido pela doença ou pelo acidente que o devorou, mas como manequim, pintado/maquiado para não horrorizar, simulação do morto: os frutos da Razão são manequins cínicos. A Natureza ocidental é um dos manequins dessa Razão. Um imenso holograma estruturado pelas mesmas lógicas que criam realidade, imaginário e objetificação.

BIBLIOGRAFIA

- ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985.
- ARIÈS, P. *O tempo da História*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1989.
- BACHELARD, G. *La formación del Espíritu Científico*. 2. ed. Siglo Veintiuno, Buenos Aires, 1974.
- _____. *O Racionalismo Aplicado*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977a.
- _____. *O novo Espírito Científico*. In Col. Os Pensadores. São Paulo, Abril Cultural, 1978b.
- BAUDRILLARD, J. *O sistema dos objetos*. Série Debates/70, 2. ed. São Paulo, Perspectiva, 1989.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Difel/Bertrand Brasil, 1989.
- CALDAS, A. L. *Dialética e hermenêutica: Uma questão de método*. In: *GEOUSP- Revista da Pós-Graduação em Geografia*, n. 1, Universidade de São Paulo - USP, p. 23-29, São Paulo, 1997.
- _____. *Interpretação e realidade*. Caderno de criação, UFRO/Dep. de História/CEI, n. 13, ano IV, Porto Velho, setembro, 1997.
- CASINI, P. *As filosofias da natureza*. Lisboa, Editorial Presença, 1987.

- CASTORIADIS, C. *A instituição imaginária da sociedade*. 3. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.
- CLAVAL, P. *Espaço e Poder*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- DOLLFUS, O. *O espaço geográfico*. São Paulo, Difel, 1982.
- DUARTE, R. A. de P. *Marx e a Natureza em o Capital*. São Paulo, Loyola, 1986. Col. Filosofia/4.
- DURAND, G. *As estruturas antropológicas do Imaginário*. São Paulo, Martins Fontes, 1997.
- ENGELS, F. *Dialectica de la naturaleza*. México, Editorial Grijalbo, 1961.
- FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas*. Lisboa, Portugalia, Col. Problemas/23, 1968.
- _____. *Microfísica do poder*. 5. ed. Rio de Janeiro, Graal, 1985.
- _____. *Vigiar e punir*. Petrópolis, Vozes, 1987.
- ISNARD, H. *O espaço geográfico*. Coimbra, Almedina, 1982.
- LUKÁCS, G. *História e consciência de classe*. Porto, Publicações Escorpião, 1974.
- _____. *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1979a.
- _____. *Ontologia do ser social: a falsa e a verdadeira ontologia de Hegel*. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1979b.
- MARX, K. *O capital*. 3. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.
- _____. *A ideologia alemã*. 3. ed. Lisboa, Presença, 2 vol., 1976.
- _____. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo, Martins Fontes, 1977.
- MÉSZÁROS, I. *Marx: A teoria da alienação*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- _____. *Filosofia, ideologia e ciência social*. São Paulo, Ensaio, 1993.
- _____. *O poder da ideologia*. São Paulo, Ensaio, 1996.
- MORAES, A. C. R. *Ideologias geográficas*. São Paulo, Hucitec, 1988.
- _____.; COSTA, W. M. da. 2. ed. *Geografia crítica: A valorização do espaço*. São Paulo, Hucitec, 1987.
- _____. *Meio ambiente e ciências sociais*. São Paulo, Hucitec, 1994.
- MOSCOVICI, S. *Sociedade contra natureza*. Petrópolis, Vozes, 1975.
- QUAINI, M. *Marxismo e geografia*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- SANTOS, M. *Por uma geografia nova*. São Paulo, Hucitec, 1978.
- _____. *Espaço e método*. São Paulo, Nobel, 1985. Col. Espaços,
- SCHAMA, S. *Paisagem e memória*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- SCHIMIDT, A. *El concepto de naturaleza en marx*. México, Siglo Veintiuno, 1976.
- SILVA, A. C. da. *O espaço fora do lugar*. São Paulo, Hucitec, 1978.
- THOMAS, K. *O homem e o mundo natural*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- TUAN, Y. *Topofilia: Um estudo da percepção, atividades e valores e o meio ambiente*. Rio de Janeiro, Difel, 1980.
- _____. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Rio de Janeiro, Difel, 1983.
- TURNER, F. *O espírito ocidental contra a natureza*. Rio de Janeiro, Campus, 1990.
- VÁZQUES, A. S. *Filosofia da praxis*. 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- WHITEHEAD, A. N. *O conceito de natureza*. São Paulo, Martins Fontes, 1994.

ABSTRACT

Make deeper the concept of nature from a praxis and not as a pre-existing society conditioning being. In order to the nature exist it is necessary to create a socio-historical grid and only then it is possible to have comprehension. It is the praxis which determines what is nature to a society such as the visions that this society has about what is nature.

Keywords Nature, society, historicity.